

A IMPRENSA DO RIO GRANDE DO NORTE (1877-1947), E AS NOTAS SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

THE RIO GRANDE DO NORTE PRESS (1877-1947), AND THE NOTES ON PROFESSIONAL EDUCATION

Hélio Teodósio de Melo Filho*
Joaquim Artur**
Olívia Morais de Medeiros Neta***

RESUMO

A imprensa ao longo dos tempos tem sido um marco no processo civilizatório e fonte de pesquisa para as mais diversas áreas da ciência, entre as quais a educação e a história. Sendo assim, objetiva-se, neste trabalho, apresentar notas prévias de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, intitulada: Leituras Históricas acerca de Educação Profissional no Brasil no Contexto da Imprensa do Rio Grande do Norte (1877-1947), cujos resultados comporão uma dissertação de mestrado. A abordagem metodológica enquadra-se na perspectiva indiciária e busca na imprensa do Rio Grande do Norte, em especial, na visão do *Ratio Studiorum* aplicada ao discurso dos Jornais: O

ABSTRACT

The press throughout the ages has been a milestone in the civilizing process and source of research for the most diverse areas of science, including education and history. Thus, the objective of this work is to present previous notes of a research that has been developed in the Post-Graduation Program in Professional Education, Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte, entitled: Historical Readings about of Professional Education in Brazil in the Context of the Rio Grande do Norte Press (1877-1947), whose results will compose a master's thesis. The methodological approach is based on the indicial perspective and search in the press of Rio Grande do Norte, especially in the view of the *Ratio Studiorum* applied to the discourse of the newspapers: *O Brado Conservador*

* Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - PPGEP/IFRN. E-mail: helioteo@hotmail.com.

** Mestrando em Educação Profissional pelo IFRN. Licenciado em História pela UFRN (2017). Licenciado em Filosofia pela UFRN (2012). Bacharel em Direito pela Universidade Potiguar - UnP (2006). E-mail: jaafp@hotmail.com.

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, professora do programa de Pós-graduação em educação Universidade Federal do Rio Grande do Norte-PPGED/UFRN. E-mail: olivianeta@gmail.com.

Brado Conservador -1877-1889, O Macauense - 1886-1889, A República - 1889-1987, A Ordem - 1909-1952 e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - 1903-1953, notas que possibilitem uma leitura histórica da educação profissional, posto que esses se constituíam como os principais veículos de comunicação do estado do Rio Grande do Norte do período em estudo. Na pesquisa utilizaremos como fonte o *Ratio Studiorum*. Assim, ponderamos que essas fontes são instrumentos essenciais à constituição da História da Educação e da Educação Profissional no país.

Palavras-chave: História da Educação; Imprensa do Rio Grande do Norte; Educação Profissional; Leitura Histórica.

-1877-1889, *O Macauense* - 1886-1889, *A República* - 1889-1987, *A Ordem* - 1909-1952 and in the Journal of the Historical and Geographical Institute of Rio Grande do Norte -1903-1953, notes that make possible a historical reading of professional education, since these were the main vehicles of communication of the state of Rio Grande do Norte of the study period. In the research we will use as source the *Ratio Studiorum*. Thus, we consider that these sources are essential instruments for the constitution of the History of Education and Professional Education in the country.

Keywords: History of Education; Rio Grande do Norte Press; Professional Education; Historical Reading.

Introdução

Inicialmente, este artigo deseja investigar a história da educação profissional no Rio Grande do Norte, sendo assim, intitulado “A imprensa do Rio Grande do Norte (1877-1947) e notas sobre educação profissional”, em torno de cinco eixos de investigação, a saber: História da Educação Profissional, História da Imprensa, História da Cultura, História Regional, e História da Leitura. Esses eixos guiam a pesquisa, mas para que se articulem entre si questões foram formuladas, tais como: Como a imprensa norte-riograndense de 1877 a 1947 noticiava fatos relacionados à educação e à educação profissional? Em quais espaços dos jornais esses fatos eram noticiados? Em que pensamento educacional sobre educação e trabalho a imprensa norte-riograndense se fundamentava?

Então, para que essas questões sejam respondidas, necessário se faz a busca de indícios e de fundamentos que ajudem a explicar os resultados. Nesse sentido, a informação é um recurso indispensável para a produção do conhecimento, sendo necessário, porém, encontrar meios de divulgação impressa nos quais transpareçam o cotidiano.

No Período Imperial e início do Republicano, no Brasil, as pessoas em busca de informação acabavam por ter em mãos jornais com conteúdos explicitamente variados. Diante disso, nesse trabalho, utilizamos o Método Indiciário de Carlos Ginzburg (1989) para investigar como jornais do Rio Grande do Norte, editados na época em estudo, noticiavam fatos relacionados à educação e, em especial, à educação profissional.

Nesse prisma de abordagem, diversos aspectos caracterizaram a imprensa norte-rio-grandense desse período, e podemos afirmar que essa foi responsável por oferecer vários relatos da História da Educação Potiguar, pois os jornais publicavam matérias que repercutiam sobre a vida urbana e rural, principalmente quando a questão estava vinculada às divergências relacionadas aos diversos tipos de educação formal, que eram poucos, mas eram ofertados à época.

Temos como objetivo geral: Analisar as relações entre Estado, sociedade e discurso jornalístico em notícias veiculadas sobre políticas educacionais com ênfase na educação profissional, visando mostrar as leituras históricas da imprensa do Rio Grande do Norte no período de 1877-1947 sobre educação e educação profissional.

Quanto às justificativas, temos como a principal preencher uma lacuna na história do Rio Grande do Norte, posto que essa não apresenta nenhum trabalho de modo específico acerca de educação profissional, no período delimitado para essa pesquisa, considerando que: “o estudo da história das instituições educativas, da cultura escolar, do currículo, da arquitetura escolar, dos espaços ou da cultura material escolar de forma ampla nos remete a outros temas viáveis às pesquisas em história da educação profissional” (MOURA, 2016, p.111).

Assim, esse trabalho está estruturado em cinco (5) partes: a primeira corresponde à introdução, na qual apresenta-se a temática, os objetivos e justificativas. A seguir, expõe-se o percurso metodológico adotado. Em seguida, evidenciam-se os referenciais teóricos, os quais fundamentam a investigação. Na quarta parte, discutem-se os resultados encontrados e, finalmente, inferem-se as considerações.

O Percurso Metodológico

O método indiciário será aplicado, neste trabalho, através de pesquisa documental em fonte primária, não passada por processo de análise. Esse método constitui o uso do “Indiciarismo”, o qual segundo Ginzburg (1989, p. 143-144), “[...]é uma ferramenta de pesquisa ligada ao paradigma indiciário, e apresenta um conjunto de princípios e procedimentos teórico-metodológicos que orientam a elaboração do conhecimento a partir da investigação e análise dos indícios”.

Nesse sentido, a principal fonte de análise para a compreensão dos discursos jornalísticos, da imprensa norte-riograndense, será a compreensão do documento didático jesuítico “*Ratio Studiorum*”. Nesse sentido, este artigo visa através de um retorno histórico ao Brasil colonial, relacionar as heranças e influências do documento *Ratio Studiorum*, no discurso jornalístico sobre educação profissional.

Assim, dentro desse pensamento metodológico baseado no Método Indiciário, ocorre uma busca de indícios que mostram os vestígios da existência de algo a procurar. Por isso, o pesquisador busca investigar os sinais em seu objeto de estudo, como também infere que o método indiciário atribui sentido e significado aos detalhes, observando minuciosamente as singularidades do conjunto.

No decorrer do trabalho tornou-se fundamental discutir as representações do mundo social, conforme definiu Hunt (1992. p. 9) “os componentes da realidade social, as relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais nem as determinam; elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural”.

Nesse âmbito, este trabalho enfoca aspectos de compreensão da relação entre Imprensa e Educação, abordando a relação entre História cultural e educação; pois assim como afirma Chartier (1990, p. 16-17) “[...] a história cultural tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”.

Também se recorreu à análise da abordagem quanti-qualitativa, pois foram usados concomitantemente métodos e técnicas qualitativas e

quantitativas para a coleta, interpretação, análise e apresentação dos dados. A respeito disso, Minayo (2000, p. 56) esclarece que o método quantitativo [...] “tem o objetivo de trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis ou produzir modelos teóricos de alta abstração com aplicabilidade prática”.

Assim sendo, a análise da educação na imprensa também emprega técnicas quantitativas nesta pesquisa, pois a compreensão da produção é também um estudo dos fenômenos sociais abordados nos trabalhos apresentados. Assim, segundo Aróstegui (2006), tem-se que:

A pesquisa quantificada tem os mesmos objetivos que a qualitativa: explicar o homem, coletivo e individual, mas a quantificação permite encontrar relações e explicações de comportamentos, que muitas vezes permanecem ocultas a uma pesquisa qualitativa (ARÓSTEGUI, 2006, p. 538).

Por fim, essa investigação aborda a relação entre educação e o discurso jornalístico potiguar. Nesse sentido, essa pesquisa bibliográfica reuniu os principais dados sobre as produções acerca do tema “Educação Profissional e Imprensa no Rio Grande do Norte”.

Referenciais teóricos

Selecionamos, para fundamentar a discussão dos resultados da pesquisa, além daqueles que servirão para apropriação dos fundamentos da educação no período estudado, e que constam no artigo, os trabalhos: de Luiz Fernandes (1998), A imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832 a 1908; de Lier Ferreira Balcão (1999), A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista; de Luiz Antônio Cunha (2000), O ensino de Ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil Escravocrata; de Paulo Ghiraldelli (2008), História da Educação Brasileira; de Carlo Ginzburg (1989), Mito emblemas e sinais: morfologia de história; de Antônio Candido (2010), Os Parceiros do Rio Bonito; de Roger Chartier (1990), A História Cultural entre práticas e representações; e de Itamar de Souza (1989), A república Velha no Rio Grande do Norte (1889 - 1930); e de Dermeval Saviani (2007), A História das ideias pedagógicas no Brasil. Outras referências poderão ser alocadas no decorrer da pesquisa, para subsidiar as discussões.

Este artigo teve como base teórica também o estudo do professor Almir de Carvalho Bueno, tese de doutorado, denominada “Visões de República no Rio Grande do Norte (1880-1895)”, na qual aborda os jornais como fonte histórica em termos políticos e socioeconômicos, relacionando o periódico às ideias e práticas dos grupos políticos e correntes de pensamentos existentes no Rio Grande do Norte na transição do Império para a República.

A segunda refere-se a um trabalho da Historiadora Helensandra Lima da Costa, que utiliza também o Jornal Macauense como fonte de dissertação, denominada “A Família do Tesouro: a monumentalização da família Albuquerque Maranhão e a luta pelo poder no Rio Grande do Norte (1889-1914)”, relacionando o Jornal com o desenvolvimento do processo de monumentalização da família Albuquerque Maranhão evidenciado na historiografia tradicional norte-riograndense.

Posteriormente, utilizou-se o Livro “Mitos, emblemas, sinais” de Carlo Ginzburg, no qual ele aborda a importância do método indiciário, relacionando-o com essa metodologia, que tem como aporte o paradigma indiciário, na análise das fontes: os Jornais Macauenses.

O quarto trabalho foi do Historiador Luiz da Câmara Cascudo (1999), em seu livro “História do Rio Grande do Norte”, e o quinto trabalho foi do pesquisador Roger Chartier em seu livro “A História Cultural entre práticas e representações”, em que ele discorre sobre a importância da História da Leitura, e sua relação com a História Cultural, mostrando que a apropriação de um texto depende do ponto de vista do historiador cultural, cabendo a este investigar a redação do manuscrito até a sua passagem definitiva para a forma de impresso.

Resultados e discussões:

No ano de 1832, a imprensa norte-riograndense se instala junto com a instalação da primeira tipografia, comprada por José Fernandes Carrilho e Urbana Égide da Silva Costa de Albuquerque Gondim. Esses dois empresários fundaram uma sociedade anônima, através da aquisição, no Recife, de uma máquina de tipografia e a contratação de um tipógrafo. Assim, segundo Cascudo (1999) “Natal iniciava sua produção jornalística, com o jornal: O

Natalense, que tem o seu primeiro número publicado em dois de setembro de 1832”.

A partir de 1832, desenvolveram-se no Rio Grande do Norte vários jornais e Revistas, como: o Brado Conservador 1877-1882, a República de 1889-1987, Diário de Natal – 1895-1913, Tribunal Juvenil de 1890, o Santelmo -1892-1893, o Thela de 1893, Oásis – 1894-1895, O íris – 1897-1898, A Imprensa de 1914-1927, A ordem de 1909-1952, O nortista de 1892-1895, Tribuna do Norte – 1950-2018, O Macauense de 1886-1889, Gazeta de Natal de 1888-1890, e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – 1903-1953, entre outros.

Esse trabalho insere-se em estudos que analisam o poder da palavra na imprensa, ou seja: a palavra escrita nos jornais da imprensa do século XIX e XX, observando-se os aspectos relacionados à educação profissional, bem como o que as notícias expressavam, desde a censura, até a propaganda.

Nessa perspectiva, a educação profissional definida como conceito-guia para esse trabalho é a formulada por Ciavatta (2014), que a considera:

como um processo de ensino e de aprendizagem direcionado à mediação do conhecimento indispensável para a realização de determinado trabalho ligado à produção de bens ou de serviços socialmente necessários. Este trabalho assume como perspectiva de Educação Profissional a dinâmica educativa dirigida à formação humana integral (FHI), no sentido de reconhecê-la como parte inseparável da concepção que introduz este parágrafo em todos os campos em que se dá a preparação para a atividade laboral. (CIAVATTA, 2014).

Sendo assim, é possível considerar que no conceito de educação profissional, educação e trabalho, são construtos dinâmicos no processo de produção da vida humana e categorias fundantes do conceito.

Diante disso, neste artigo, objetivamos compreender através de uma pesquisa bibliográfica as concepções de educação e de trabalho que fundamentavam a educação profissional brasileira, tendo como referentes uma leitura da literatura clássica sobre educação, bem como em autores que representam os pensamentos religiosos, liberal/burguês e histórico/dialético.

Observamos que os conhecimentos aludidos por este campo de estudo, especialmente em virtude da afirmação estabelecida por Cunha (2005) de que “a

história da Educação Profissional no Brasil é uma área ainda pouco prestigiada nas produções acadêmicas”, essa pesquisa se debruça sobre um campo pouco explorado da história da educação profissional.

Nesse tópico do trabalho abordamos a obra que fundamentava a dinâmica da educação do período compreendido como Brasil Colonial 1500-1822, no sentido de buscarmos a compreensão do período educacional considerado jesuítico no Brasil (1534-1759). Assim, a base é o *Ratio Studiorum* - que trazia o Plano Geral de Estudos da Companhia de Jesus, ou seja, enfocava a educação jesuítica, sobretudo a empregada no Brasil Colonial.

Nesse âmbito, segundo Toyshima (2012.p.3) “o *Ratio Studiorum* era caracterizado como um manual prático que preconiza métodos de ensino e orientava o professor na organização de sua aula. O manual contém 467 regras”.Inclusive, o *Ratio Institutio Studiorum Societatis Iesu*, ou simplesmente: *Ratio Studiorum*, tem suas bases no *Trivium* e no *Quadrivium*, e esses se fundamentavam na reforma Carolíngia que fazia a fusão de aspectos educacionais, culturais, religiosos, e Jurídicos da civilização germânica com a civilização Greco-Romana.

Nesse contexto, a reforma carolíngia que ocorreu entre os séculos VIII e IX, é de vital importância para entender as bases do *Ratio Studiorum*, pois esta reforma empreendeu esforços para reverter parte do processo de degradação da cultura greco-romana que marcou o período histórico da Antiguidade Tardia, e culminou na queda do Império Romano Ocidental, em 476.d.C. e que segundo Marvin:

O império Franco cercado pelos povos árabes à oeste, e dos escandinavos ao norte, se viu obrigado a mudar toda a sua estrutura administrativa. Nesse contexto dentre os problemas enfrentados pelo rei franco, a administração pública figurava como um dos principais. Carente de pessoal capacitado, quando comparada aos padrões árabes e bizantinos na mesma época, a administração carolíngia era deficiente, reflexo de uma sociedade marcada pelo analfabetismo e pelas conseqüentes leis consuetudinárias (MARVIN, 1981, p. 185).

As necessidades do contexto medieval vão dar forma ao *Ratio Studiorum* e influenciar vários aspectos de sua Didática, que é inserida na Idade Moderna

1453-1799, e abrange obras medievais católicas¹. É possível observar que a pedagogia do *Ratio Studiorum* é influenciada pela reforma carolíngia, pois sua metodologia de ensino é baseada no *Modus parisienses*, qual seja, no modelo metodológico de ensino atrelado a: repetições, disputas, composições, interrogações, com estímulo à Retórica e à gramática; o que foi reforçado no Império Franco. Embora ao longo do período medieval tenha prevalecido o ensino baseado no *Modus Italicus*².

Decerto, o *Ratio Studiorum* caracterizará também o período de consolidação da expansão jesuítica no Brasil Colonial de 1570-1759. Nesse ponto de vista, o período Heroico, que abrange desde a chegada dos jesuítas em 1549 até a morte do Padre Manoel da Nóbrega em 1570, é de vital importância para se compreender a educação profissional no Brasil e sua relação com os jesuítas, tendo em vista que a Coroa Portuguesa englobará no primeiro momento os colégios Jesuíticos. E segundo Saviani (2007):

A primeira fase da educação Jesuítica foi marcada pelo plano de instrução elaborado pelo Padre Manuel da Nóbrega – 1517-1570. O plano iniciava-se com o aprendizado de Português (para os indígenas), e prosseguia com a doutrina Cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumenta (SAVIANI,2007.p.39).

Dessa forma, o plano de Nóbrega se inseria na perspectiva Jesuítica, já os planos do Estado Português, inseriam-se na visão tributária através do imposto da “Redízima”, em que, segundo Saviani (2007, p.49): “era um imposto pelo qual dez por cento de todos os impostos arrecadados da colônia Brasileira passaram a ser destinados à manutenção dos colégios jesuíticos”. Nessa nova situação, as condições favoreceram a disseminação do ensino jesuítico no Brasil fundamentado no *Ratio*.

¹ As Obras como Trivium (2015), Quadrivium (2015), A Consolação da Filosofia – Anicio Boécio (525.d.c) , A Cidade de Deus – Santo Agostinho de Hipona (2006).

² Segundo Saviani (2010, p.56) “o modus italicus (século XV), método utilizado nas regiões da Itália, caracterizava por não seguir um programa estruturado e nem vincular a assistência dos discípulos a determinada disciplina, podiam passar para outra disciplina sem nenhum pré-requisito, os grupos eram por diferentes idades e níveis de formação”.

Nesse sentido, a educação profissional no Brasil Colonial estava relacionada às Corporações de Ofícios e a uma rudimentar indústria doméstica, relacionada à produção de viveres, que segundo Saviani (2007) estava ligada aos colégios Jesuítas:

O realismo de Nóbrega o levou a estar atento as necessidades de prover as condições materiais dos colégios jesuítas envolvendo a posse de terra para a construção dos colégios, e sua manutenção, o que implicava suprir os viveres que envolvem a criação de gado e o cultivo de alimentos como a mandioca, o milho, arroz, a produção da açúcar, de panos (SAVIANI,2007.p.44).

Assim, para entender o contexto da educação jesuítica no Brasil e suas relações com o *Ratio Studiorum* é preciso compreender o contexto de formação do Brasil Colonial 1500-1822. Nesse contexto, a formação educacional, tenha ela ocorrido ou não, está ligada às ações e decisões dos europeus.

Diante disso, o *Ratio Studiorum* está inserido em uma concepção clássica e medieval, que também foi herdada em parte pela sociedade colonial brasileira, como afirma Schwartz (1998):

Essa sociedade herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhes sistemas de graduação que se originaram da diferenciação de ocupações, raça, cor e condição social, diferenciação essa resultante da realidade vivida na América (SCHWARTZ, 1998, p.209).

Nesse prisma de abordagem, o *Ratio Studiorum* insere-se nas concepções católicas da colonização e da contrarreforma no Brasil, em que a Igreja Católica, suas missões e a educação jesuíta tinham um papel fundamental na concepção da sociedade colonial. Essas traziam “uma visão de mundo sob os prismas político e social derivada essencialmente de teólogos católicos, em especial de santo Tomás de Aquino, serviu de alicerce à sociedade Brasileira em formação.” (SCHWARTZ ,1998, p. 210).

Assim sendo, a sociedade brasileira, em termos educacionais, cumpriu toda a hierarquização do *Ratio Studiorum*, em que a determinação de privilégio, leis, costumes e modos de vida definiam a dinâmica do ensino católico no Brasil Colonial. Nessa situação, a educação profissional era vista como não nobre, pois dedicar-se ao trabalho braçal e manual, ser dona de loja, artesão e outra

ocupação eram consideradas inferiores, ou seja: uma concepção de uma herança medieval, em relação às profissões relacionadas à educação profissional do período. Assim, nesse âmbito, Marx também reforça essa afirmação do trabalho Manual que era associado à educação profissional, que segundo Marx (1996):

O princípio desenvolvido do capital é justamente tornar supérflua a habilidade particular e tornar supérfluo o trabalho manual, o trabalho físico imediato em geral, seja como trabalho especializado, seja como esforço muscular; melhor dizendo, consiste em colocar a perícia nas forças mortas da natureza (MARX, 1996, p. 488).

Por consequência, embora fossem consideradas atividades não nobres, eram também utilizadas pelos indígenas e afrodescendentes como uma fase para o processo de transição para a condição de livre, pois algumas profissões manuais possibilitavam certa capacidade de obter bens.

Portanto, a sociedade brasileira é marcada pela mistura de elementos da Idade Moderna e elementos medievais em sua concepção de educação jesuítica e organização da sociedade, pois como afirma Schwartz (1998):

Os Estados absolutistas eram elementos de transição, e não apresentavam uma correspondência entre a superestrutura política e a esfera econômica. O papel do estado era levar cabo a transição até a obtenção daquela correspondência, destinavam-se não a levar a eliminação da sociedade senhorial mas, em certa medida, à preservação da mesma (SCHWARTZ 1998, p.219).

Dessa forma, o estado absolutista português possuía características medievais que se refletiam sobre a perspectiva educacional, em especial nas missões jesuíticas. Sendo assim, a partir da década de 1970, com a reforma promovida pela terceira Geração da Escola dos Annales³, um novo modo de ver a História foi adotado, privilegiando a compreensão jesuítica no contexto das missões, por isso segundo Hilsdorf (2003.p.4):

A atuação dos Jesuítas no século XVI, deve ser olhada também á luz do conceito de missão, trabalhando por Baêta Neves e Hoornaert, que permite inserir os jesuítas na diacronia da Igreja.

³ A terceira geração dos Annales, tem origem na Escola dos Annales que foi um movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX. Disponível em <https://www.infoescola.com/historia/escola-dos-annales/> Acesso em: 11 jun. 2019.

Hoje percebemos a necessidade de considerar duas diacronias: a da colonização, com o seu projeto invasor, e a da igreja, com seu projeto missionário (HILSDORF, 2003.p.4).

Além disso, a Historiografia educacional prioriza a visão da divisão da Educação Jesuítica no Brasil, em dois períodos Históricos, em que as bases do *Ratio Studiorum* estão no segundo período da expansão Jesuítica, pois o primeiro é caracterizado pelo período heroico que é definido segundo Hilsdorf (2003):

O período heroico -1549-1570 possui Características missionárias genuínas (heroicas e apostólicas) – A catequese se fazia por contato e convencimento, forma tradicional de aproximação, com visitas, saudações lacrimosas, mímicas, discursos, presentes. Implicava alianças com os chefes indígenas e a utilização de intérpretes mamelucos, a Língua, (HILSDORF, 2003, p.5-6).

Outrossim, é o período de consolidação da expansão (1570-1759), também chamado de: “o segundo pelo mundo dos colégios”, esse é o período em que o *Ratio Studiorum*, irá inserir-se na sociedade colonial brasileira, que segundo Hilsdorf:

Instalados nas principais vilas da colônia os colégios foram viabilizados porque, em troca dessa tarefa de educar os meninos brancos, a Coroa, já dominava pela burguesia mercantil, ofereceu para o sustento da ação missionária nessas instituições o recurso da redízima, uma taxa que era arrecadada (geralmente em espécie, ou seja, açúcar) sobre 10% das dízimas que recolhia (HILSDORF, 2003.p.8-9).

Nesse período, outra problemática será levantada, pois grande parte desses colégios jesuítas do segundo período possuíam aspectos de segregação, ou seja, adotam aspectos de exclusão do período colonial, reproduzindo a estrutura escravista do período. Segundo Hilsdorf (2003, p.9): “os jesuítas ficavam apenas com os alunos brancos, recusando os mestiços, mamelucos e índios, com a justificativa de que seu propósito era formar padres da Companhia”. Assim sendo, a educação jesuítica fazia parte da estrutura colonial, caracterizada pelo grande latifúndio e pela negação da educação popular e gratuita.

Posteriormente, esses colégios também adotaram uma forma didática que era uniforme e primava pela obediência ao *Ratio*, como mostra Hilsdorf

(2003.p.10): “Os colégios de ensino secundário ofereciam o plano de estudos definido no documento *Ratio Studiorum*, de 1599, acompanhando a programação dos demais estabelecimentos dirigidos pela companhia de Jesus em outras partes do Mundo”. Assim sendo, essa uniformidade didática garantia também uma unidade das colônias católicas ligadas ao Império Português.

Mas, mesmo com criação de uma ideia de unidade, o *Ratio* possuía grandes problemas em relação a sua pedagogia, pois o ensino de Latim priorizava um caráter etnocêntrico da educação jesuítica, fazendo com que línguas e culturas inteiras fossem suprimidas, como mostra Hilsdorf:

No entanto, sabemos que esse currículo era dado de forma intermitente, dependendo da existência ou não de padres-mestres e alunos no colégio; e se os alunos que vinham para esses colégios não sabiam ainda reconhecer os caracteres latinos, pois o tupi era a língua falada no cotidiano de todas as capitânias (HILSDORF 2003.p.9).

Nesse sentido, as táticas de ensino do *Ratio* eram baseadas em vários aspectos tradicionais, na medida em que segundo Hilsdorf (2003.p.9), “os jesuítas usavam as formas de tradição, da repetição, da disciplina rigorosa com castigos físicos, da reclusão, da repressão e a da exclusão”. Embora pouco éticas, essas táticas de ensino irão se perpetuar em alguns aspectos até o início do século XX, em diversas escolas. Além de que, esses aspectos estarão presentes na Educação Profissional, na medida em que afetem a cultura escolar da Educação Profissional, como afirma Ciavatta (2009):

A cultura Material Escolar nas escolas profissionais ou tecnológicas se expressa pelo uso diferenciado do espaço e de sua ocupação por professores e alunos; pelas diferenças nas atividades desenvolvidas, nos objetos produzidos e nos equipamentos e materiais didáticos (Ciavatta,2009.p.40).

Destarte, as Heranças do *Ratio Studiorum* irão expressar-se na cultura material escolar na Educação Profissional, no que refere-se a alguns aspectos tradicionais presentes nas Escolas de artes e ofícios no início do século XX.

Em relação à educação jesuíta e às classes mais humildes, o *Ratio* em sua proposição nova abordava: “O privilégio dos estudos reservados aos humildes – Antes de tudo, porém, cuide o Provincial de se não servir de concessão do privilégio de aplicar aos estudos senão em favor dos humildes, sinceramente piedosos e mortificados mercadores de tal benefício” (FRANCA, 1952, p.9).

Diante disso, é observado que esta proposição insere-se diretamente no contexto colonial brasileiro, pois com o abandono total da Colônia em termos de políticas de Estado assistencialistas, esse papel foi assumido pela Igreja Católica em relação aos índios e aos filhos da elite portuguesa colonial. Nesse prisma de abordagem, a Companhia de Jesus passou a construir igrejas, mosteiros, capelas, oratórios, e a enviar missionários, decretar censura e regras eclesiásticas. Assim, o plano contido no modelo de educação jesuítica tinha um caráter universalista e elitista, com heranças medievais, que eram baseadas no *Ratio*. Isso pode ser observado na relação entre os contratualistas e o *Ratio Studiorum*, pois é através de seu estudo que se tem uma compreensão da estrutura do funcionamento do Estado e de sua organização política. Ademais, reforça a importância dos estudos históricos, da História das Ideias Políticas e Sociais do período Moderno.

Nesse cenário, a vinculação do *Ratio Studiorum* com a principal obra de Montesquieu (1749), *O Espírito das Leis*, fornece um aparato para o entendimento não só dos fenômenos que caracterizam as formas de governo e a relação dessas formas com as leis que a regulam e criam determinadas instituições, mas, também, com as origens da pedagogia do *Ratio Studiorum* na cultura dos povos germânicos, em especial os francos. Assim, essa vinculação entre o *Ratio* e o *Esírito das Leis* ajuda a explicar as bases teóricas do contexto Histórico-Social da Idade Moderna 1453.d.c – 1789.d.c, a partir dos pressupostos políticos dos contratualistas.

Vemos, no capítulo VI da obra de Montesquieu, que já relaciona a herança germânica que influencia os costumes germânicos sobre a cultura romana, a base para a compreensão das origens do *Ratio Studiorum*. Ele mostra que os francos se instalaram nas províncias da Gália romana, atualmente a França Moderna e

Dos godos, dos borguinhões e dos francos As Gálias foram invadidas pelas nações germânicas. Os visigodos ocuparam a região de Narbonne e quase todo o Sul, os borguinhões estabeleceram-se na parte que dá para o oriente, e os francos conquistaram mais ou menos o resto. Não se deve duvidar de que esses bárbaros tenham conservado, em suas conquistas, os costumes, as inclinações e os usos que possuíam em seu país, porque uma nação não muda num instante a maneira de pensar e de agir. Esses povos, na Germânia, cultivavam pouco as terras.

Fica claro por Tácito e César que eles se aplicavam muito à vida pastoral: assim, as disposições dos códigos das leis dos bárbaros falam quase todas dos rebanhos. Roricon, que escrevia a história entre os francos, era pastor. (MONTESQUIEU, 1979, p.611).

Diante disso, Montesquieu faz uma correlação entre a reforma carolíngia e as primeiras origens da pedagogia jesuítica, ligada à questão de unificação de poder em várias esferas. Montesquieu (1979, p.632) explica suas bases no Capítulo XVIII do serviço duplo, em que afirma que: “os Francos já tinham a intenção de unificação administrativa em seus aspectos militar, fiscal e civil, essa união será uma das bases das artes liberais, abordadas no *Ratio Studiorum*”. Assim, os princípios da reforma carolíngia traziam as bases religiosas unificadas, ou seja: um império germânico unificado, essa visão de unificação, irá influenciar todo aspecto administrativo e cultural do Brasil Colônia, na medida em que esses aspectos medievais estão presentes no *Ratio Studiorum* e nas Ordem Régias Portuguesas.

A princípio abordamos a concepção de educação profissional e de educação para o trabalho no *Ratio Studiorum*, após a expulsão dos Jesuítas em 1759. Logo, nesse período pós-expulsão, um novo paradigma é levantado sobre a escola brasileira ocasionando a ação do Marquês de Pombal -1699-1782, que tinha o interesse de utilizar as escolas da Colônia para servir aos interesses do Estado Português. Essa administração queria estar em sintonia com as transformações econômicas, políticas e sociais que a Europa vivia, em especial a Inglaterra.

O Marquês de Pombal realizou reformas na Universidade de Coimbra, em Portugal, e reformou as escolas de primeiras letras no Brasil Colonial. Assim, emitindo o Alvará de 28 de Julho de 1759 que expulsava os Jesuítas, tornava ilegítimas as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias, em especial a maior, com a ministração de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, no Brasil Colonial. Nesse sentido, ao expulsar os jesuítas da colônia e, ao mesmo tempo, criar as aulas régias, tinha a intenção de suprir as disciplinas oferecidas nos extintos colégios jesuítas.

Essa expulsão ocasionou grandes perdas culturais para a História do Brasil e da educação, pois segundo Laurence: “A grande perda que o Brasil

sofreu com a dissolução da Companhia pode ser sentida na destruição de suas bibliotecas: quinze mil volumes se perderam no Colégio de Salvador, outros cinco mil no Rio de Janeiro, além de mais doze mil apenas nos colégios do Maranhão e do Pará” (HALLEWELL, 2012, p.80).

Dessa forma, mesmo com a implantação das aulas régias, grande parte da educação ficou fadada ao “Notório Saber”; pois a instituição do Subsídio literário⁴ não chegou a ter grande impacto, em virtude das crescentes crises, secas e revoltas que o Brasil Colonial enfrentava no período, além de uma total falta de estrutura educacional.

Primordialmente, *O Ratio Studiorum* também manteve seu legado em alguns aspectos da Educação Profissional no Brasil, em especial no contexto da educação profissional nas escolas salesianas. Além do que, grande parte dessas escolas financiavam Jornais Conservadores, do Período do Brasil Império, chegando posteriormente a subsidiar Jornais na República Velha. Assim, segundo Manfredi:

Pois no plano da iniciativa privada e confessional, há que destacar a importância do sistema construído pelos salesianos. Trata-se dos liceus de artes e ofícios organizados e mantidos pela ordem dos padres salesianos, criada por João Bosco (1815-1888) em Torinto, na Itália. Quanto a formação profissional, era oferecida uma preparação para os seguintes ofícios: tipografia, encadernação, alfaiataria e sapataria, fundição de tipos e marmoraria. As oficinas de educação profissional funcionavam como espaços de produção de trabalhos, pelo sistema de encomendas, de modo que fossem subsidiadas as despesas do custeio (MANFREDI, 2002, p.89-90).

Essas escolas entrarão em decadência decorrente da competição das escolas públicas de educação profissional instaladas na República Velha, consequente do contexto da morte de Afonso Pena em 1909 e posse de presidente Nilo Peçanha, que inaugurou o ensino técnico no Brasil. Nesse âmbito, segundo Manfredi (2002.p.90):

⁴ Segundo Saviani (2007.p.98):” foi um imposto criado pelo império Português, e disposto por um Alvará de 10 de Novembro de 1772. Este imposto destinava-se a custear as reformas no campo da instrução”.

Até 1910, as escolas profissionais salesianas formavam um “quase-sistema”, de ensino profissional, mas, após essa data, começaram a entrar em decadência. Isso foi provocado, basicamente, pela concentração dos padres no ensino secundário (mais solicitado pelas famílias mais abastadas) e no Comercial (Sem similar no País) e pela longa duração do curso, que incentivava a evasão e a competição das escolas públicas, criadas pelo governo (MANFREDI, 2002, p.90).

Nesse cenário, as escolas salesianas irão inserir-se em diversos conflitos entre as oligarquias estaduais e no contexto da Campanha, entre outros fatores que também ocasionaram a sua decadência, em detrimento da chegada, também, das novas escolas protestantes. Por consequência, esse cenário de decadência também afetará o funcionamento de Jornais vinculados a essas escolas, ocasionando o seu fechamento.

Considerações finais:

Portanto, consideramos que, em suma, nos primórdios da educação brasileira a educação profissional esteve presente no Plano de Nóbrega, que foi substituído pelo ensino técnico ora jesuítico, ora militar, muitas vezes relacionado aos aspectos hierárquicos de organização da Colônia. Sendo assim, é possível considerar que o espírito inventivo, que era focado no ensino profissional na Europa, não era estimulado no Brasil Colonial.

Em relação à educação Profissional, com o contexto da Reforma Pombalina, a educação Profissional passa a inserir-se nas principais inovações de Pombal no campo da educação, como o ensino das línguas modernas, o estudo das ciências e a formação profissional, que já se faziam presentes no Brasil Colonial, que segundo Fonseca (1986) “os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil criados na Era Pombalina, os quais recrutavam pessoas, voltadas para o ensino de uma educação Profissional Militar”. Assim, o ideal pombalino funde-se com o ideal de reforma do despotismo esclarecido, ou seja, aspectos iluministas e, ao mesmo tempo, absolutistas, presentes na Educação Profissional.

Por certo, foi concluído que as Heranças do *Ratio Studiorum* irão expressar-se na cultura material escolar na educação Profissional, no que refere-se a alguns aspectos tradicionais presentes nas Escolas de artes e ofícios

no Início do século XX, em especial nas escolas de educação profissional do Estado do Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

ARÓSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica. Teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006. 592 p.

BALCÃO, Lier Ferreira: *A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900-1913)*. FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Cidades*. São Paulo: Olho d'água, 1999.

BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895) - 2ª ed.*, Natal/RN, 1999.

CÂNDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, 11ª Edição. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2010.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CIAVATTA, Maria. A cultura material escolar em trabalho e educação: a memória fotográfica de sua transformação. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 23, n. 46, p. 37-72, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/2188>> Acesso em: 1 jun. 2018.

CIAVATTA, Maria. O Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos? *Trabalho e Educação*. Minas Gerais: Belo Horizonte, v. 23, nº1, p 187-206, abr. 2014.

COMENIUS, Jan Amos. *Didática Magna: Comenius*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil*. 2. ed. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO, 2005a.

CUNHA, L.A. *O ensino de ofícios artesanais e manufaturados no Brasil escravocrata*. São Paulo: UNESP/FLACSO. 2000.

CASCUDO. Luis da Câmara. *História da cidade do Natal*. Natal - RN: Instituto Histórico e Geográfico (RN), 1999, p. 320.

COSTA, Helensandra Lima da. *A Família do Tesouro: a monumentalização da família Albuquerque Maranhão e a luta pelo poder no Rio Grande do Norte (1889-1914)*. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/jspui/browse?type=author&value=Costa%2C+Hele nsandra+Lima+da&value_lang=pt_BR>. Acesso em: 02 ago. 2018.

FRANCA S.J., Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum*. Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

FERNANDES, Luiz. *A Imprensa Periódica no Rio Grande do Norte de 1832 a 1908*. Natal - Fundação José Augusto, 1998. 162p. RN.

FONSECA, C. S. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI/DN. 1986.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da educação brasileira*. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. – São Paulo: Cia. das letras, 1989. p.177.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, 135p.

HUNT, Lynn. (org.). *A nova história cultural*. Tradução Jefferson Luis Camargo, São. Paulo: Martins Fontes, 1992.

MANFREDI, S.M. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez 2002.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro 1, v. 1. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.p.1493.

MARVIN, Perry. *Civilização Ocidental*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. Ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, Baron de la. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MOURA, Dante Henrique. *Educação Profissional: desafios teóricos e metodológicos e políticas públicas*.1.ed. Natal, IFRN.2016.p.244.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 23-59.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA Itamar de. *A república Velha no Rio Grande do Norte (1889 - 1930)*. Natal: Centro Gráfico do Senado Federal Brasília - DF, 1989, 270p. Edição comemorativa do Primeiro centenário da proclamação da República do Brasil.

TOYSHIMA, Ana Maria da Silva; COSTA, Célio Juvenal. *O Ratio Studiorum e seus processos pedagógicos*. São Paulo, maio 2012.

VIEIRA, Fábio Antunes. O Império e o Renascimento Carolíngio: uma abordagem. *Unimontes Científica*, Montes Claros, v. 12, n. 1, p.79-86, dez. 2010. Disponível em:
<www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/download/246/238>.
Acesso em: 15 jun. 2018.